

Lisboa  
7 de Março de 2011

**Projecto de Avaliação da  
Implementação do  
Decreto-Lei n.º 3/2008**

Janeiro de 2009 – Dezembro de 2010

Rune J. Simeonsson  
Sara Trinta Pinheiro  
Ana Tavares

Manuela Sanches Ferreira  
Mónica Maia (Estudante de Doutoramento)  
Sílvia Gonçalves Alves

# Sumário

## I Parte

Desenho metodológico do estudo e a sua sustentação conceptual.

## II Parte

Principais resultados, conclusões e recomendações.

Lisboa  
7 de Março de 2011

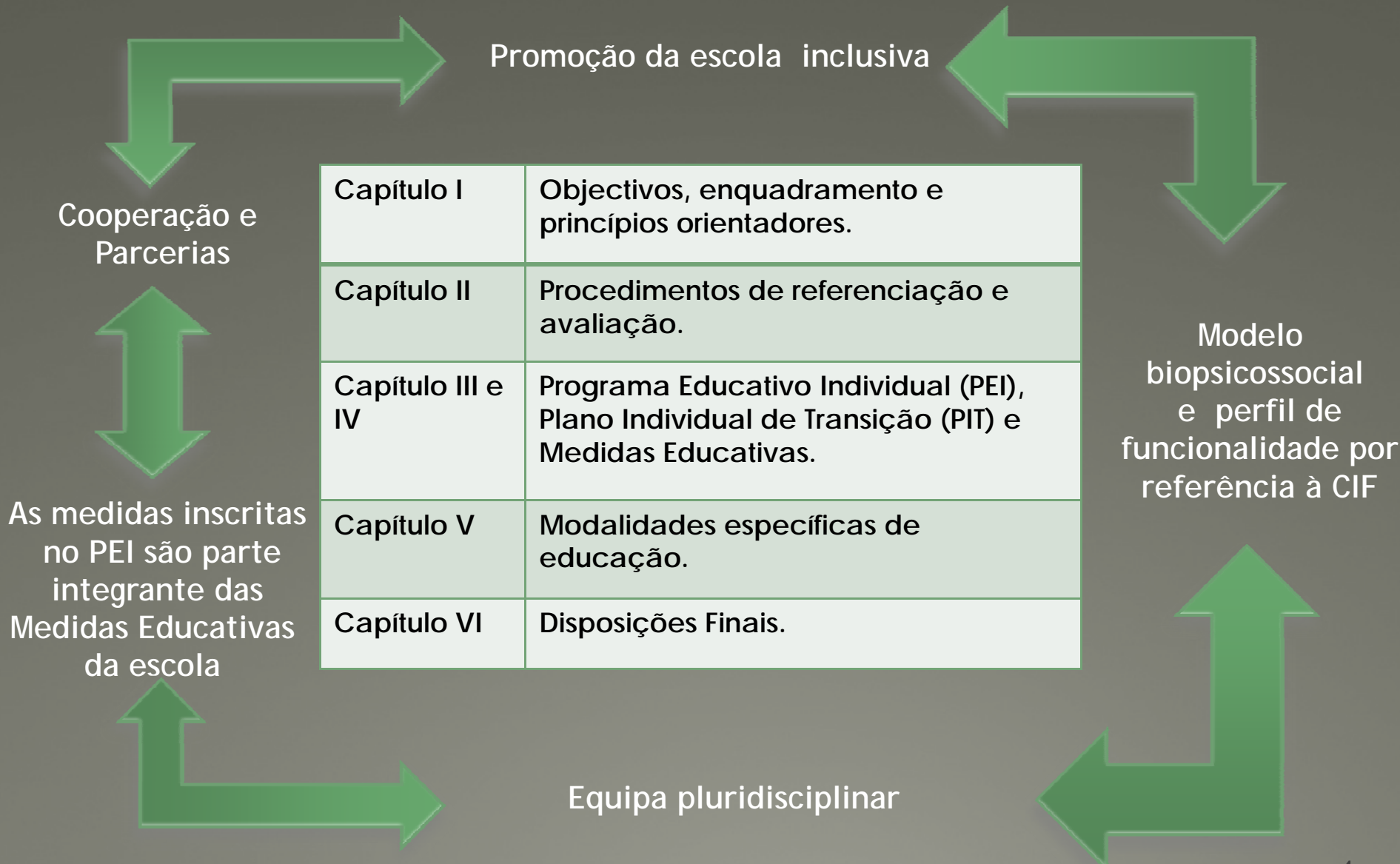
**Projecto de Avaliação da  
Implementação do  
Decreto-Lei n.º 3/2008**

Janeiro de 2009 – Dezembro de 2010

Rune J. Simeonsson  
Sara Trinta Pinheiro  
Ana Tavares

Manuela Sanches Ferreira  
Mónica Maia (Estudante de Doutoramento)  
Sílvia Gonçalves Alves

# O Decreto-Lei n.º 3/2008



# O Decreto-Lei n.º 3/2008

Promoção da escola inclusiva

Cap. I

Como contribuiu a avaliação por referência à CIF

**Está a Escola mais Inclusiva?**

Cap. VI

Como avaliam as escolas as relações de parceria e cooperação com outras instituições e serviços?

Equipa pluridisciplinar

Modelo  
sociossocial  
perfil de  
qualidade por  
referência à CIF

# Método

- 1. Estudo de Casos**  
252 processos  
477 documentos  
Abordagem documental quantitativa, com vista a examinar a natureza, as fontes de informação e as decisões tomadas pela escola, associadas ao processo de elegibilidade/ monitorização formal.
- 2. Grupos Focais**  
35 Grupos Focais  
229 participantes  
300305 palavras  
Abordagem qualitativa para avaliar as percepções dos profissionais e pais envolvidos no processo de implementação do Decreto-Lei.
- 3. Questionários**  
(81+14 itens; 2 perguntas abertas)  
577 respondentes  
Abordagem quantitativa e qualitativa com o propósito de sistematizar, clarificar e expandir alguns dos resultados dos dois estudos prévios.

# Amostra Estratificada (DRE) e Aleatória

DRE	N.º Agrup. Escolas	Proporção no n.º total de Agrupamentos	Agrupamentos	Estudo de Casos: N.º processos	Grupos Focais	Questionários Enviados/Recebidos
DREN	315	.34	18	54	12	140/185
DREC	206	.22	12	36	8	73/107
DRELV	284	.31	18	54	11	167/212
DREA	68	.07	3	9	2	20/45
DREALG	53	.06	3	9	2	14/28
<b>Total</b>	<b>926</b>	<b>1.00</b>	<b>54 (6%)</b>	<b>162 (252)</b>	<b>35 (4%)</b>	<b>414/577</b>

# Estrutura do Relatório

## Índice

<b>Sumário Executivo</b>	
1. Objectivos	4
2. Método	4
3. Conclusões	5
4. Recomendações	8
Notas Finais	12

<b>Capítulo I</b>	
1. Introdução	15



# Estrutura do Relatório

<b>Capítulo II – Estudo de Casos</b>	
1. Introdução	22
2. Método	23
2.1. Participantes	23
2.2. Instrumento – Guião de Análise	25
2.3. Procedimentos	28
3. Resultados	28
3.1. Procedimentos de referenciação e de avaliação	31
3.2. Uso da CIF como referencial na descrição da funcionalidade dos alunos elegíveis e não elegíveis	43
3.3. Respostas educativas/intervenção	55
<b><u>4. Resumo dos Principais Resultados</u></b>	<b>64</b>

# Estrutura do Relatório

<b>Capítulo III – Grupos Focais</b>	
1. Introdução	69
2. Método	70
2.1. Participantes	70
2.2. Instrumento – Guião de Entrevista	72
2.3. Procedimentos	74
2.4. Método de análise de dados	75
3. Resultados	85
3.1. Descrição da participação discursiva dos participantes em função dos diferentes grupos profissionais	85
3.2. Caracterização da participação por grupo profissional em função dos temas estabelecidos	88
3.3. Análise de Conteúdo	93
<b><u>4. Resumo dos Principais Resultados</u></b>	<b>169</b>

# Estrutura do Relatório

<b>Capítulo IV – Questionário</b>	
1. Introdução	178
2. Método	180
2.1. Participantes	180
2.2. Caracterização Demográfica	184
2.3. Procedimentos	186
2.4. Instrumento	187
2.5. Recomendações/perguntas e respostas acrescentadas	215
3. Resultados	216
3.1. Respostas ao envolvimento na avaliação especializada, na formação no uso da CIF e no tempo dispensado na elaboração do PEI	218
3.2. Estrutura da apresentação dos resultados Às escolas e sub-escalas do questionário	226
3.3. Análise das respostas às perguntas 10 e 11	297
<b><u>4. Resumo dos Principais Resultados</u></b>	<b>302</b>

# Estrutura do Relatório

<b>Capítulo V – Discussão e Conclusões</b>	
1. Introdução	309
2. Discussão dos Resultados do Estudo de Caso	309
3. Discussão dos Resultados dos Grupos Focais	315
4. Discussão dos Resultados do Questionário	321
5. Conclusões dos Três Estudos	327
<b>Capítulo VI – Recomendações</b>	
1. Introdução	332
<b><u>2. Recomendações</u></b>	332



# Principais Resultados, Conclusões e Recomendações

**Está a escola mais inclusiva?**

## O Decreto-Lei permitiu uma melhor qualidade das respostas educativas e do ensino

(577 resp.)

*Os profissionais consideram que há um ensino de maior qualidade (60%), que os alunos com NEE estão mais tempo na sala de aula (67%) e, nesse tempo, estão mais envolvidos nas tarefas (69%) e que a escola está mais inclusiva (66%)*

Consideram mais claro o Decreto-Lei.

Consideram mais fácil a utilização da CIF.

Consideram mais fácil a elaboração e implementação do PEI.

Consideram mais úteis os materiais de apoio da DGIDC.

Consideram ter melhores mecanismos de articulação entre profissionais internos e externos à escola

# 24 Recomendações

Direcção da Escola

Docentes

Instituições de Ensino Superior/ Entidades Formadoras

Investigadores

Ministério da Educação



# Capítulo I

## Objectivos, enquadramento e princípios orientadores

Como contribuiu a avaliação por referência à CIF para a diferenciação dos perfis de funcionalidade dos alunos elegíveis e não elegíveis para os serviços de Educação Especial?

*“alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social”*

Permitiu diferenciar os perfis de funcionalidade dos alunos elegíveis e não elegíveis para os serviços de educação especial.

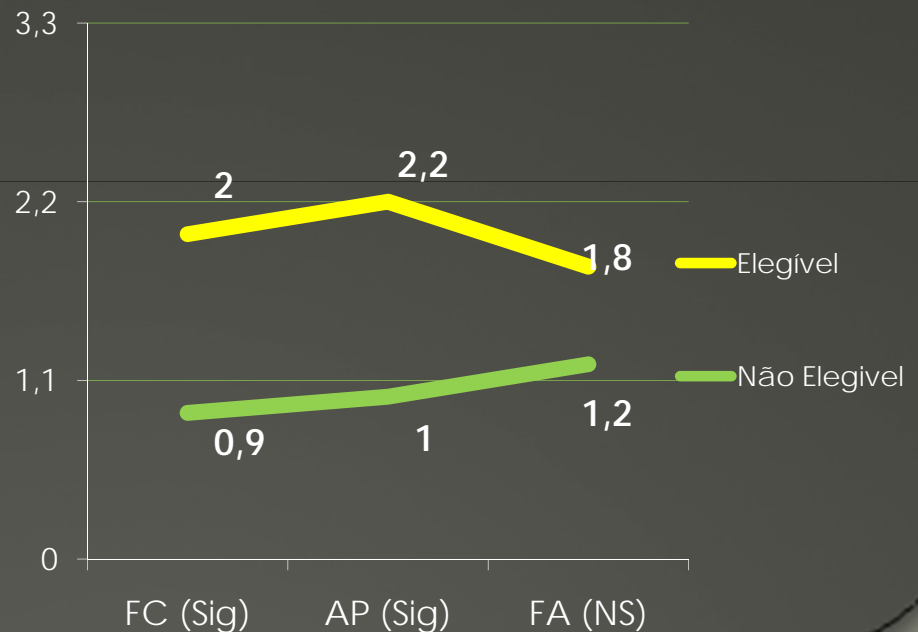
- Os seus perfis diferenciam-se pela severidade das limitações e das restrições nas Actividades e Participação e das deficiências nas Funções do Corpo.

## Perfil de Funcionalidade do aluno elegível e não elegível

N.º Códigos



Nível Severidade

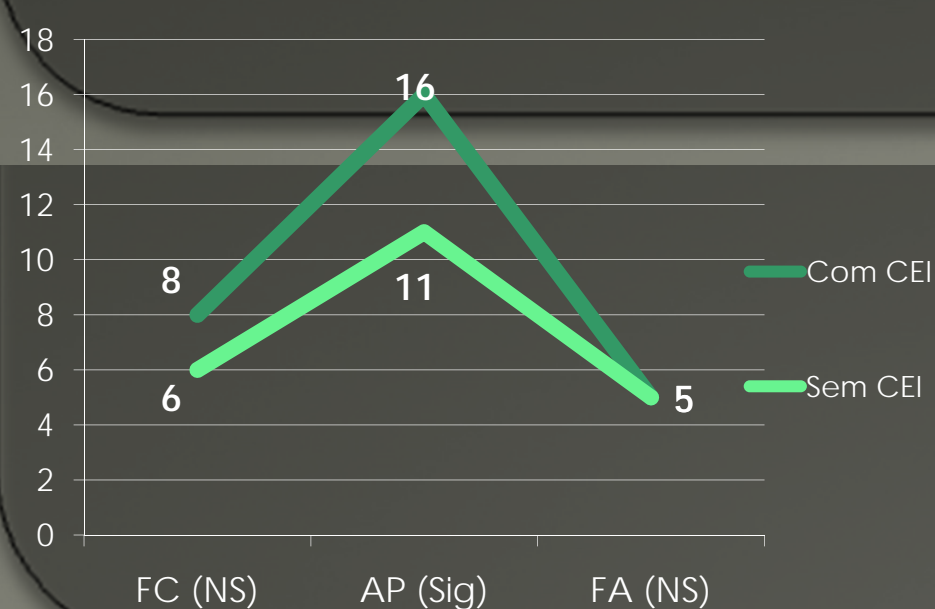


Permitiu diferenciar os perfis de funcionalidade dos alunos com e sem a medida CEI.

- Os seus perfis diferenciam-se pelo número de indicadores de incapacidade.

## Perfil de Funcionalidade do aluno elegível com e sem Currículo Específico Individual (CEI)

N.º Códigos

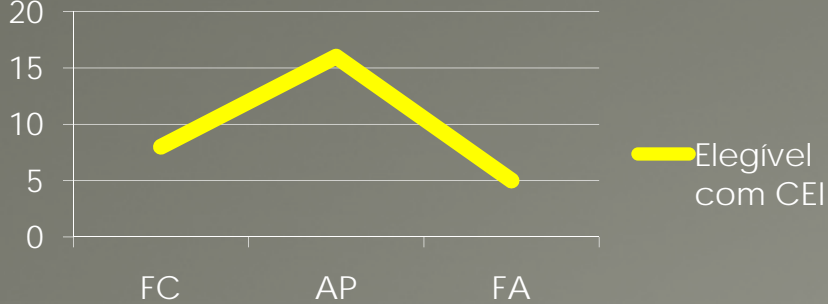
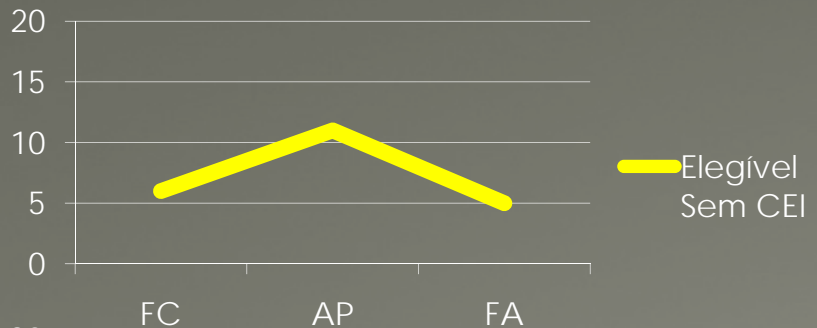
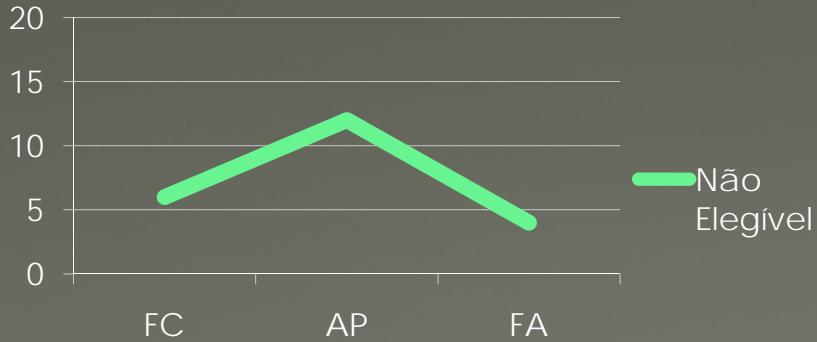


Nível Severidade

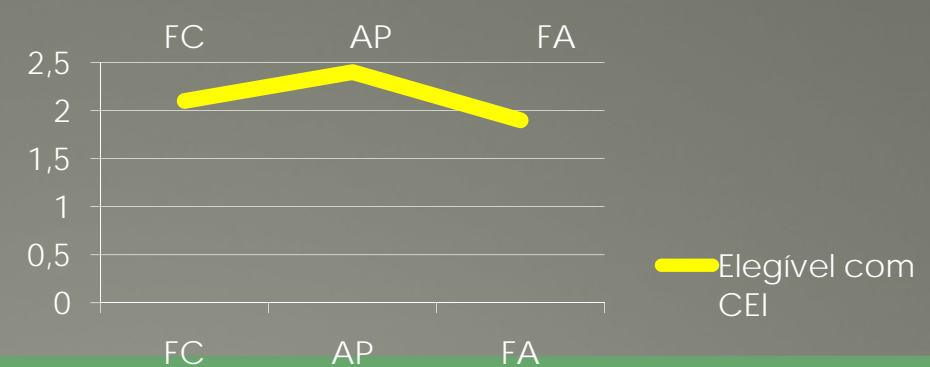


# A CIF permitiu a diferenciação e a gradação da funcionalidade dos alunos.

## N.º Códigos



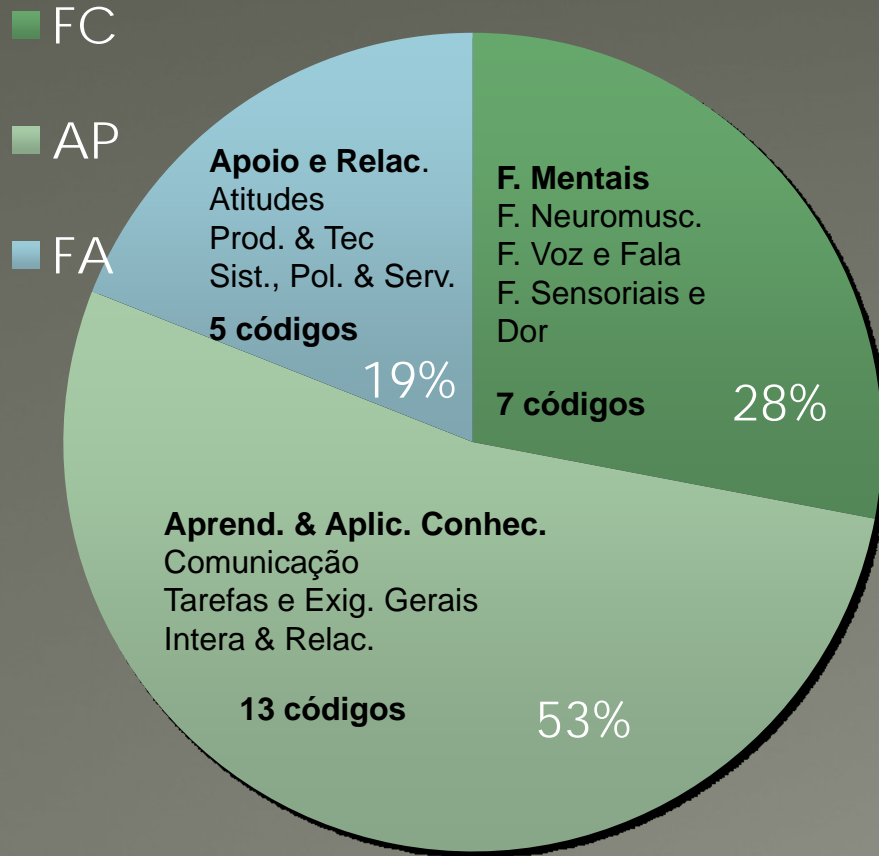
## Nível Severidade



**Ministério da Educação:** continuar a utilizar a CIF como referencial na avaliação especializada e na elaboração do perfil de funcionalidade.

Contribuiu a CIF para uma visão mais holística do aluno?

O modelo biopsicossocial, operacionalizado pela CIF, permitiu um maior conhecimento dos alunos e das suas necessidades.



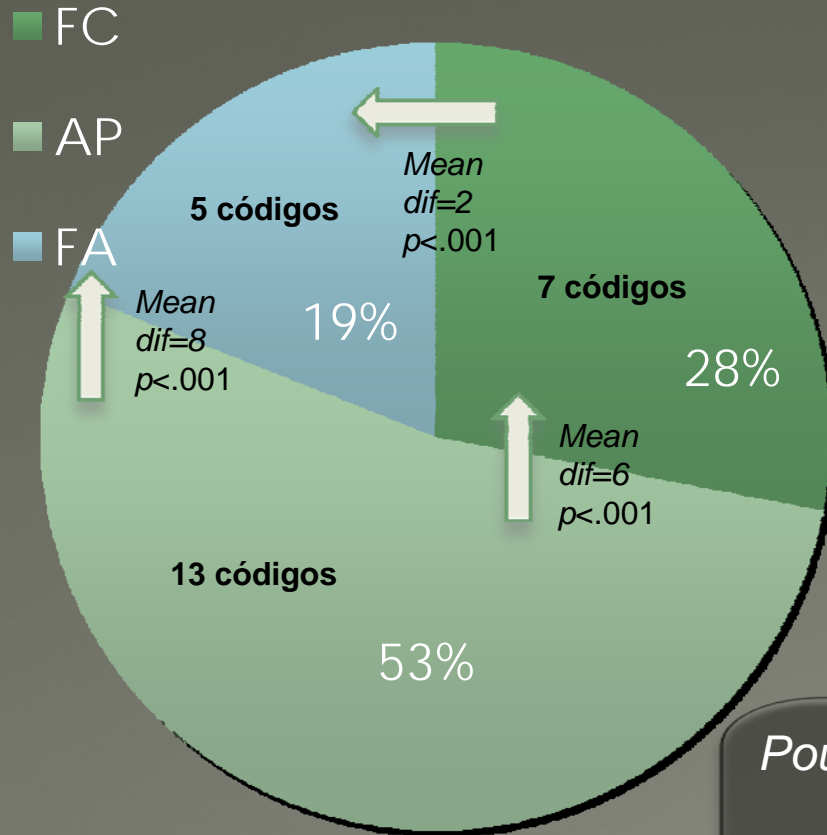
A componente Actividades e Participação é mais valorizada e é considerada fácil de avaliar por 76% dos respondentes;

A CIF enquanto referencial permitiu um melhor entendimento das necessidades dos alunos (18 grupos focais);

Os profissionais consideram que o enfoque na funcionalidade e nos Factores Ambientais está presente nos perfis (80% das respostas).

A utilização do modelo biopsicossocial e da CIF pode ser otimizada?

# O perfil de funcionalidade não está ainda a servir plenamente a elaboração do PEI



**Factores Ambientais pouco presentes e quase sempre considerados facilitadores**



**Relação linear entre participação e deficiência**



*Pouca referência a conteúdos funcionais nos perfis de alunos com a medida CEI (e.g. mobilidade, auto-cuidados, vida doméstica, áreas principais da vida)*

**Docentes:** elaborar um perfil de funcionalidade de modo a integrar e descrever a discrepância entre a capacidade com auxílio e o desempenho do aluno;

**Investigadores:** desenvolver instrumentos que permitam a recolha dessa informação.



A que factores os profissionais atribuem estas dificuldades em traduzir o perfil de funcionalidade no PEI?

Aos aspectos procedimentais associados à utilização da CIF  
(i.e. selecção dos códigos e dos qualificadores que melhor servem a descrição da  
funcionalidade do aluno)

## As dificuldades são justificadas por:

- **falta de formação**

- **Instituições de Ensino Superior/ Entidades Formadoras:** promover formação contínua que contemple (i) os princípios éticos e declarações que fundam a escola inclusiva; (ii) a formação no modelo biopsicossocial; (iii) as directrizes e recursos constantes na legislação e o uso do referencial CIF; formação inicial de professores assente nos princípios éticos e nos conhecimentos científicos que sustentam a educação inclusiva.

- **falta de instrumentos de avaliação**

- **Investigadores:** desenvolver instrumentos de avaliação centrados nos *Factores Ambientais* que permitam uma avaliação da capacidade com e sem auxílio; desenvolver conjunto de *códigos chave* relacionados com a participação educacional; **Ministério da Educação:** Desenvolvimento de plataformas de partilha de instrumentos de avaliação e de boas práticas em educação inclusiva.

- **falta de profissionais para avaliar e descrever as Funções e Estruturas do Corpo**

- **Ministério da Educação:** considerar a articulação entre os Ministérios da Educação e da Saúde;

## Capítulo II

### Procedimentos de referenciação, avaliação

**As equipas dispõem dos profissionais necessários à avaliação e intervenção biopsicossocial?**

A implementação do decreto-lei trouxe às escolas um conjunto de novos recursos (62%). Há escolas que não consideram as equipas presentes (38%).



Dificuldades na **organização e gestão de horários**.

Dificuldades no estabelecimento de parcerias com os Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) e na articulação com as estruturas de saúde;

#### Equipa Base:

docentes de educação especial + docentes titulares de turma/directores de turma + psicólogos

Os terapeutas começam a estar presentes (11% dos RTPs).

**Direcção da escola:** organização dos horários dos diferentes profissionais de modo a contemplarem espaços para trabalho em equipa; **Ministério da Educação:** acompanhamento das novas parcerias entre as escolas e as instituições.

Qual a participação do docente titular de turma/ director de turma?

## *Co-responsabilização no processo de avaliação e de intervenção.*

- A totalidade dos PEI regista a sua assinatura;
- 73% das respostas indicam a sua presença na elaboração, implementação e avaliação do PEI;
- é o terceiro profissional mais participativo nos grupos focais (com mais palavras e intervenções).

Contudo, enfrenta ainda alguns obstáculos:

- a falta de conhecimentos/ formação (11 grupos focais);
- dificuldade em gerir horários e excesso de trabalho (10 grupos focais);
- heterogeneidade das turmas (22 grupos focais);

***Instituições de Ensino Superior/ Entidades Formadoras:*** formação inicial de professores assente nos princípios éticos e nos conhecimentos científicos que sustentam a educação inclusiva; ***Direcção da Escola:*** organização dos horários dos diferentes profissionais de modo a contemplarem espaços para trabalho em equipa.

Qual a participação dos pais?



## *Maior participação no processo de avaliação e intervenção*

- Mais convocados para participar no processo educativo do seu filho (19 grupos focais).
- O seu papel é claro para a maioria dos profissionais (75%).
- Participam essencialmente como:
  - fontes de informação: *Factores Ambientais* (66% dos processos);
  - para aprovar as decisões tomadas (81% dos RTP e 92% dos PEI).

Contudo,

- participam na elaboração de (apenas) 32% dos planos de avaliação, 11% dos RTP e 35% dos PEI;
- o seu envolvimento na elaboração e avaliação do PEI é considerado pouco ou nada presente por 40% dos respondentes;

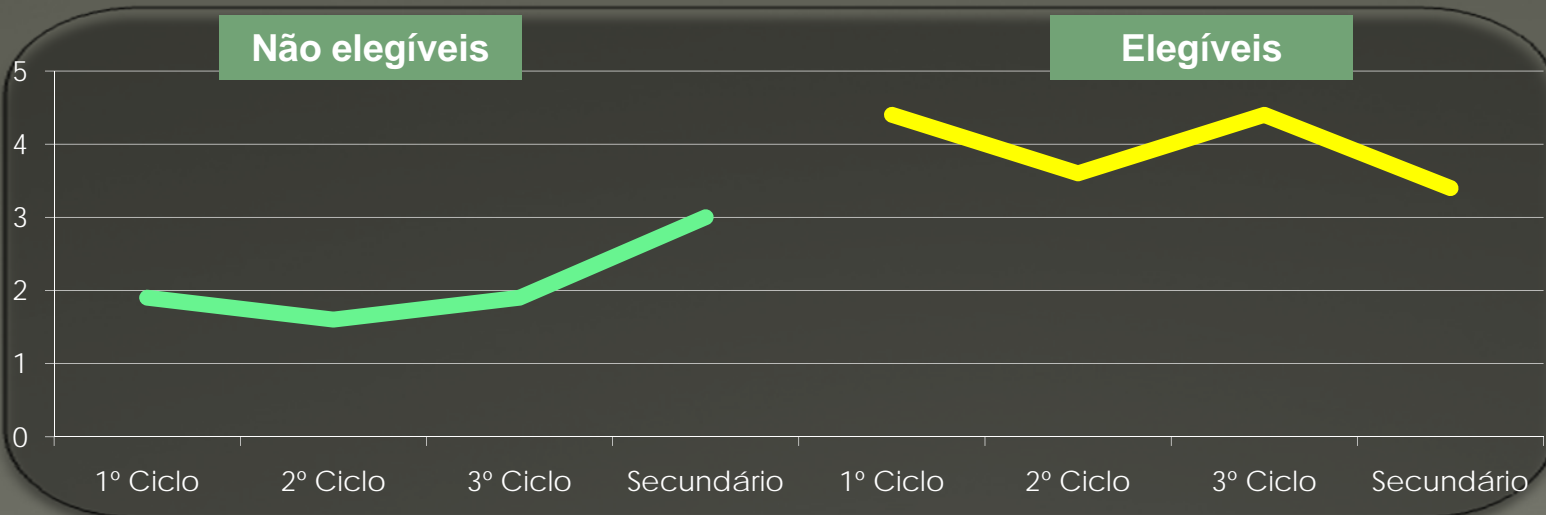
***Direcção da Escola:*** cooperação com a Associação de Pais na disseminação dos seus direitos e deveres, num esforço de promover a sua participação no processo educativo dos filhos; reforço a integração dos pais na equipa de modo a garantir a sua participação na discussão e delineamento do PEI.



Capítulo III e IV  
Programa Educativo Individual, Plano Individual  
de Transição e Medidas Educativas

Como estão organizadas e como são  
percepcionadas as respostas  
educativas para responder ao  
*continuum* de necessidades dos  
alunos?

A sala de aula é o contexto de implementação das respostas educativas (98% dos PEIs). Mais de 70% dos profissionais consideram que as *respostas para os alunos com NEE estão integradas no projecto educativo e no plano de actividades*



As unidades surgem como contexto complementar à sala do regular (91%)

M= 2 medidas

Plano de recuperação (40%) e o apoio educativo (40%)

*As escolas estão a reorganizar-se para responder com mais eficácia aos alunos não elegíveis, Mas os profissionais consideram que as respostas são ainda insuficientes (63%)*

M= 4 medidas

*Apoio Personalizado (82%); adequações no processo de avaliação (77%); adequações curriculares individuais (46%); e as tecnologias de apoio (45%)*

**Direcção da Escola:** reorganizar respostas educativas adequando-as às necessidades dos alunos não elegíveis; criação de sistemas de referenciação e intervenção preventivos; reforçar articulação entre o PEI, o Projecto Educativo e o Plano de Actividades da escola; **Ministério da Educação:** desenvolver indicadores de qualidade para a educação especial; desenvolvimento de um sistema de avaliação alternativa

## Capítulo V

### Modalidades Específicas de Educação

Como avaliam os profissionais as  
*Modalidades Específicas de Educação?*

Consideraram que contribuíram para o sucesso educativo dos alunos.

## Unidades Apoio Especializado (UAM) & Unidades de Ensino Estruturado (UEE)

(+ 82% das respostas)

### Condições mais presentes (+ 85%):

- Docentes com formação especializada em EE;
- Avaliação constante do processo de ensino e aprendizagem;

### Condições menos presentes (-45%):

- espaços de formação e reflexão;
- e colaboração com associações da comunidade.

## Escolas de Referência (ER)

(+ 68% das respostas)

### Condições mais presentes (+78%):

- Ensino e aprendizagem da leitura e escrita do braille, nas ER educação alunos cegos e com baixa visão;
- Interação entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte, nas ER educação bilingue de alunos surdos;

### Condições menos presentes (-49%):

- equipamentos específicos às necessidades dos alunos

taxa de crescimento de 77 % (UAM) e de 89% (UEE) – DGIDC, 2010.

**Direcção da Escola:** desenvolvimento da colaboração e cooperação entre instituições com vista à criação de recursos para a integração social do aluno; organização dos horários dos diferentes profissionais de modo a contemplarem espaços para trabalho em equipa; **Ministério da Educação:** acompanhamento da criação de UEE e UAM de modo a acautelar o recurso excessivo destas modalidades específicas de educação.

## Capítulo VI

### Disposições Finais

**Como avaliam as escolas as relações de parceria e cooperação com outras instituições e serviços?**

*Como sendo pouco presentes e difíceis de implementar*

As escolas revelam necessidade de mecanismos que facilitem:

- A cooperação com entidades formadores (importante para 79% e presente para 38%);
- O estabelecimento de protocolos com instituições (importante para 89% e presente para 62%);
- Colaboração com os serviços de saúde.

## Conclusões

- o Decreto-Lei contribuiu para uma melhor qualidade das respostas educativas e do ensino e para uma escola mais inclusiva;
- a utilização da CIF veio promover um melhor entendimento das necessidades dos alunos e uma maior objectividade no processo de elegibilidade;
- persistem dificuldades relacionadas com aspectos procedimentais na utilização da CIF;
- a implementação do decreto-lei veio co-responsabilizar o docente titular de turma/ director de turma no processo de avaliação e intervenção, consolidando as boas práticas que estavam a ocorrer no terreno;
- é necessário reforçar o desenvolvimento de relações de parceria e de cooperação com serviços da comunidade.



# Estão, então, criadas as condições para:

## **Ministério da Educação:**

- desenvolvimento de indicadores de qualidade para a educação inclusiva;
- desenvolvimento de uma política de inclusão social que actue em articulação com os sistemas de saúde, do emprego e da segurança social;

## **Direcção da Escola:**

- reforço da articulação entre o PEI, o Projecto Educativo e o Plano de Actividades da Escola capaz de gerar mecanismos mais eficazes de integração das respostas educativas inscritas nos PEI;
- criação de sistemas de referenciação e intervenção preventivos, evitando que os serviços de educação especial sejam os primeiros recursos a serem activados;

## **Docentes**

Elaboração de um perfil de funcionalidade que permita uma melhor adequação entre a avaliação e a intervenção nos contextos inclusivos.



## Estão então criadas as condições para:

### **Instituições de Ensino Superior/ Entidades Formadoras:**

- Formação inicial e contínua organizada de acordo com os referenciais internacionais em matéria de educação inclusiva

- **Investigadores**

- Desenvolvimento de instrumentos para a avaliação dos contextos.